

CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU

CÓPIA DE PARTE DA:

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE VISEU, REALIZADA NO DIA VINTE
DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE**

-----OUTRAS CONSTRUÇÕES-----
**** - **.*.*.* - Câmara Municipal de Viseu – Processo n.º 70/2017/1 (Volume - II) Proposta de
Alteração do Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia – UOPG 1.5-----
-----A Câmara Municipal de Viseu, deliberou pela ponderação nos termos propostos,
decorrente da participação pública prevista no artigo 88.º do RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei
n.º 80/2015, de 14/05, relevando que a alteração cartográfica referente à ocupação por parte do
Centro de Mobilidade de Viseu, decorre da ocupação pré-existente, embora salvaguardando que
as tramitações subsequentes envolvendo a ocupação das margens do Rio Pavia, ficam sujeitas a
parecer da APA e CCDDR-C, sem prejuízo da finalização formal das peças escritas e gráficas
atinentes à efetivação da discussão pública, salvaguardando a eventual integração da correção
material que possa decorrer da cartografia da UOPG 1.4, ou da densificação das duas hipóteses
consagradas na informação relativamente à parcela n.º 83, assim como em relação à quantificação
precisa de áreas de construção.-----
-----Para efeitos de execução imediata, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----
-----Viseu, 25 de setembro de 2017. -----

O Diretor de Departamento,



(Adelino Fernando de Almeida Costa)



MUNICÍPIO DE
VISEU

DEPARTAMENTO DE
PLANEAMENTO E
GESTÃO URBANÍSTICA

Informação

Assunto: Proposta de alteração do Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia -
UOPG 1.5 - Participação Pública.

Resposta:

Ficha de participação pública: Teresa Amélia Saldanha Gomes Mota e Costa Brotas.

- a) Face à participação considera-se que é possível uma reafecção das delimitações do conjunto das parcelas n.ºs 83, 84 e 85, e funcional da parcela n.º 83, no sentido de permitir que as parcelas n.ºs 84 e 85 tenham logradouros afetos a espaço verde privado, nos termos referidos na participação pública, refletindo-se estes reajustamentos na delimitação do logradouro privado da parcela n.º 83.
- b) Em relação à parcela n.º 85 não se considera aceitável a efetivação de acesso automóvel em relação à Calçada do Viriato, embora se aceite um acesso pedonal com uma largura máxima de 1,40 metros.

- c) Em relação à parcela n.º 83 considera-se admissível a previsão de um acesso pedonal à Calçada do Viriato, com uma largura máxima de 1,40 metros.

Em relação à implantação e tendo em conta que a participação não coloca a questão do aumento da área de implantação, deve ficar salvaguardado que a mesma não exceda 576,50 m², com 2 pisos acima da cota de soleira, aferida em relação à Rua Silva Gaio, embora se aceite que, em contiguidade com o edifício pré-existente possa haver uma frente de 4,00 metros, no máximo, e a restante fachada recuada em relação ao limite da Rua Silva Gaio, de 5,00 metros, (podendo contudo assegurar uma solução alternativa baseada numa frente única afastada de 5,00 metros em relação ao limite da Rua Silva Gaio e a previsão de plantação de elementos arbóreos, localizados contiguamente à empena cega).

O acesso automóvel será concretizado unicamente a partir da Rua Silva Gaio.

O uso será misto, considerando-se aceitável que em função da morfologia do terreno possa eventualmente, a tardoz, ser viabilizada a aparência do piso correspondente ao piso -1, com funções de uso misto, salvaguardando o disposto no artigo 41.º do Regulamento do PDMViseu, em relação ao estacionamento.

É ainda assumida uma redução/alteração da área de implantação da parcela designada por n.º 72 P, com subdivisão em n.º 72 A e n.º 72 B (sendo que a 72A se refere ao equipamento de apoio à estação superior do funicular e a 72B a parque de estacionamento público).

Globalmente e face à especificidade da situação, considera-se que a UE7 deve ser extinta enquanto Unidade de Execução, não havendo incidência de índice perequativo, sem prejuízo da aplicação da Taxa Municipal de Urbanização (atualmente designada por Taxas pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas), nos termos do artigo n.º 41 do Regulamento do PDMViseu, tendo em conta o disposto no artigo 6.º do Regulamento do Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia - UOPG 1.5.



MUNICÍPIO DE
VISEU

DEPARTAMENTO DE
PLANEAMENTO E
GESTÃO URBANÍSTICA

Em relação aos correspondentes pontos n.ºs 2.1 e 2.3 dos objetivos gerais da proposta dos termos de referência, não houve qualquer tipo de participação, sendo oportuno no entanto considerar que em relação à avaliação ambiental deve ser solicitado o parecer das entidades que detêm responsabilidades ambientais específicas, tendo em conta que a ocupação definida para o Centro de Mobilidade de Viseu não se constitui como um acréscimo da petrificação em relação ao já existente, não obstante se verificar que a planta de implantação, à escala 1/2000, do Plano de Pormenor da Envolvente Urbana do Rio Pavia, não traduz a efetiva ocupação atualmente existente, devendo neste particular, a discussão pública a efetuar refletir esta situação.

Viseu, 14 setembro de 2017

(António Manuel Vale F. N. Gonçalves)
(Téc. Sup. DPGU)